

NOVAS LIÇÕES DE TEORIA GERAL DO PROCESSO

**Estudos em
Homenagem ao
Desembargador
José Maurício
Pinto de Almeida**

COORDENADORES
Guilherme Isfer Garcia
Luiz Gustavo de Andrade
Roosevelt Arraes

PREFÁCIO
Vladimir Passos de Freitas



**EDITORA ÍTHALA
CURITIBA – 2024**

© 2024 Editora Íthala

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Godoy Dotta – Doutor e mestre em Educação. Especialista em Administração, Metodologia do Ensino Superior e em Metodologia do Conhecimento e do Trabalho Científico. Licenciado em Sociologia e Pedagogia. Bacharel em Tecnologia.

Ana Claudia Santano – Pós-doutora em Direito Público Econômico pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutora e mestre em Ciências Jurídicas e Políticas pela Universidad de Salamanca, Espanha.

Daniel Wunder Hachem – Professor de Direito Constitucional e Administrativo da Universidade Federal do Paraná e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutor e mestre em Direito do Estado pela UFPR. Coordenador Executivo da Rede Docente Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo.

Emerson Gabardo – Professor Titular de Direito Administrativo da PUC-PR. Professor Associado de Direito Administrativo da UFPR. Doutor em Direito do Estado pela UFPR com Pós-doutorado pela Fordham University School of Law e pela University of California - UCI (EUA).

Fernando Gama de Miranda Netto – Doutor em Direito pela Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.

Professor Adjunto de Direito Processual da Universidade Federal Fluminense e membro do corpo permanente do Programa de Mestrado e Doutorado em Sociologia e Direito da mesma universidade.

Ligia Maria Silva Melo de Casimiro – Doutora em Direito Econômico e Social pela PUC-PR. Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP. Professora de Direito Administrativo da UFC-CE. Presidente do Instituto Cearense de Direito Administrativo - ICDA. Diretora do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA e coordenadora Regional do IBDU.

Luiz Fernando Casagrande Pereira – Doutor e mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Coordenador da pós-graduação em Direito Eleitoral da Universidade Positivo. Autor de livros e artigos de processo civil e direito eleitoral.

Rafael Santos de Oliveira – Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre e graduado em Direito pela UFSM. Professor na graduação e na pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria. Coordenador do Curso de Direito e editor da Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global e da Revista Eletrônica do Curso de Direito da mesma universidade.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

N936 Novas lições de teoria geral do processo: estudos em homenagem ao Desembargador José Maurício Pinto de Almeida / coordenação de Guilherme Isfer Garcia, Luiz Gustavo de Andrade, Roosevelt Arraes - Curitiba: Íthala, 2024.
199p.: il.; 22,5cm
ISBN: 978-65-5765-225-1
1.Processo – Teoria geral. I. Garcia, Guilherme Isfer (coord.). II. Andrade, Luiz Gustavo de (coord.). III. Arraes, Roosevelt (coord.).

CDD 347 (22.ed)

CDU 347.9

Editora Íthala Ltda.
Rua Pedro Nolasko Pizzatto, 70
Bairro Mercês
80.710-130 – Curitiba – PR
Fone: +55 (41) 3093-5252
Fax: +55 (41) 3093-5257
<http://www.ithala.com.br>
E-mail: editora@ithala.com.br

Coordenação editorial: Eliane Peçanha
Capa: Raro de Oliveira
Caricaturista: Sidney José da Silva
Diagramação: Luana Julião Weldt
Revisão: Aurora Alves

abdr 
Associação Brasileira de Direito Reprografico
Respeite o direito autoral!

Informamos que é de inteira responsabilidade dos autores a emissão de conceitos publicados na obra. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Íthala. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

SUMÁRIO

Homenagem Adriana Cristina..... 17

Homenagem Paulo Adriano..... 19

Bioinformação: uso de perfis genéticos na investigação da verdade processual 21

Maria da Gloria Colucci

1. Introdução..... 21

2. Bioinformação: limites principiológicos à prova processual..... 25

3. Situações de excepcionalidade na prova judiciária e o interesse público 30

4. Conclusão..... 35

Referências..... 37

A estabilidade das tutelas de urgência antecipadas em caráter antecedente frente ao Recurso Especial 1760966/SP do Superior Tribunal de Justiça..... 39

Kennedy Josué Greca de Mattos

Pedro Manenti Vieira da Silva

1. Introdução..... 39

2. O sistema de tutelas e a estabilização da tutela de urgência antecipada em caráter antecedente 41

3. Estabilização da tutela provisória de urgência antecipada 46

4. O REsp n. 1.760.966/SP e a estabilização da tutela provisória de urgência antecipada 50

5. Conclusão..... 53

Referências..... 54

Guilherme Isfer Garcia | Luiz Gustavo de Andrade | Roosevelt Arraes
Coordenadores

O filtro da relevância como novo pressuposto de admissibilidade do Recurso Especial.....	57
<i>Ruy Alves Henriques Filho</i>	
<i>João Rodolfo Siqueira</i>	
Referências.....	67
Normas fundamentais e princípios do processo civil.....	69
<i>Roosevelt Arraes</i>	
<i>Guilherme Isfer Garcia</i>	
1. Introdução.....	69
2. Princípios e comandos normativos	71
3. Princípios infraconstitucionais.....	74
4. Conclusão.....	76
Referências.....	77
Processo e procedimento na lei de falências e recuperações: o uso racional da contagem de prazo dos atos em favor da celeridade processual	79
<i>Luiz Osório Moraes Panza</i>	
Referências	92
Procedimento na convivência familiar judicializada no espaço laços e afetos	93
<i>Lenice Bodstein</i>	
1. Introdução.....	93
2. Convivência familiar com a prole pós separação conjugal	95
2.1 Fundamentos legais	96
2.2 Convivência familiar saudável	98
2.3 Decisões judiciais.....	98
2.4. Visitação livre, regulamentada, assistida e monitorada.....	100
2.4.1 A visitação livre	101
2.4.2 A visitação regulamentada.....	101
2.4.3 A visitação assistida	101

NOVAS LIÇÕES DE TEORIA GERAL DO PROCESSO

2.4.4 A visitação monitorada	102
2.5 Efetividade das decisões pelo espaço laços e afetos.....	102
3. Considerações finais	104
Referências.....	105
<i>Homenagem Alceu Pinto de Almeida Filho</i>	107
<i>Homenagem Riad e Marlene Bark</i>	109
O processo eleitoral no Novo Código Eleitoral: a tutela coletiva de direitos eleitorais metaindividuais	111
<i>Luiz Gustavo de Andrade</i>	
<i>Jéssica Teles de Almeida</i>	
1. Introdução.....	112
2. O rompimento com o paradigma processual liberal-individual e o paradigma processual emergente.....	114
3. Ações coletivas e os direitos metaindividuais.....	121
4. Da proteção de bens jurídicos eleitorais individuais à proteção coletiva de direitos metaindividuais eleitorais	125
5. Ações eleitorais como demandas coletivas de tutela de direitos difusos e coletivos em sentido estrito.....	128
6. Conclusão.....	132
Referências.....	133
<i>Homenagem João Pedro Gebran Neto</i>	137
<i>Homenagem Mansur Theóphilo Mansur</i>	140
Paridade de armas no processo penal: o direito fundamental à igualdade processual	141
<i>Alexandre Knopfholz</i>	
<i>Gustavo Britta Scandelari</i>	
Breves comentários sobre o homenageado	142
1. Introdução.....	143
2. A efetividade dos direitos fundamentais como elemento indispensável à democracia e ao estado democrático de direito..	143

Guilherme Isfer Garcia | Luiz Gustavo de Andrade | Roosevelt Arraes
Coordenadores

3. O direito fundamental à igualdade	146
4. A igualdade processual e a paridade de armas no processo penal.....	149
5. Conclusão.....	154
Referências.....	155

Prisão preventiva: uma abordagem dogmático-crítica 159

Michelle Girona Cabrera

Marcia Leardini

1. Prisão preventiva: uma abordagem dogmático-crítica	159
2. Sobre a motivação das decisões de decretação de prisão preventiva.....	166
3. Alterações provenientes da Lei n. 13.964/2019.....	171
Referências.....	174

Homenagem Adriano Bretas..... 177

Homenagem Juliana Colle Bretas 179

As figuras jurídicas do mandado de injunção e da ação direta de inconstitucionalidade por omissão como instrumentos concretizadores de direitos: incidências em matérias trabalhistas.... 181

Luiz Eduardo Gunther

Marco Antônio César Villatore

1. O mandado de injunção e a ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	182
2. A regulamentação por lei do mandado de injunção	188
3. Mandado de injunção coletivo	189
4. O caso do aviso prévio proporcional ao tempo de serviço e sua lei normatizadora	192
Referências.....	196